INFORMAÇÃO & INFORMAÇÃO
DOI: 10.543/1981-8920.2026v31n3p76
eISSN 1981-8920

A situação do recolhimento e da custódia dos documentos arquivísticos permanentes digitais das universidades federais do Brasil

Murilo Billig Schäfer

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Analista Judiciário – Especialidade Arquivologia do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF). Brasília, Brasil.
murilo.schafer@tre-df.jus.br

Eva Cristina Leite da Silva

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, Brasil.
eva.cristina@ufsc.br

Resumo

Objetivo: Diante da crescente produção e uso de documentos e informação em meio digital, este estudo tem por objetivo investigar o desenvolvimento do recolhimento e da custódia dos documentos arquivísticos permanentes digitais produzidos e acumulados pelas universidades federais do Brasil. A investigação pauta-se em descobrir se esses documentos são recolhidos para os serviços arquivísticos das universidades federais ou se são recolhidos ao Arquivo Nacional. **Metodologia**: Trata-se de uma pesquisa descritiva de viés quali-quantitativo. Por meio de um questionário realizou-se a coleta de dados nos serviços arquivísticos de 29 universidades federais. Referenciais bibliográficos e documentais sustentam o embasamento teórico sobre o tema investigado. **Resultados**: Os resultados demonstram que apenas uma universidade realiza o recolhimento dos documentos arquivísticos permanentes digitais para um ambiente de preservação sob sua responsabilidade, e não ocorrem recolhimentos ao Arquivo Nacional. **Conclusões**: Conclui-se que o patrimônio arquivístico digital das universidades federais está sob risco, afinal, além de não haver um efetivo processo de recolhimento de documentos permanentes, há ausência de diversos recursos (políticas, pessoal, infraestrutura) que possibilitariam o adequado desenvolvimento dessa atividade.

Descritores: Recolhimento. Custódia. Documentos arquivísticos digitais. Preservação digital. Repositório Arquivístico Digital Confiável. Universidades federais do Brasil.

Recebido em: 06.04.2026 | **Aceito em:** 29.08.2026

1 Introdução

Ao longo das últimas décadas, a produção e o uso de documentos arquivísticos em meio digital foi intensificada. Dentre as razões para esse fenômeno, é possível mencionar a adesão a ferramentas digitais, a busca por celeridade e facilidade no compartilhamento de documentos e informações, a dinamicidade dos documentos digitais, além do propósito de diminuir gastos com espaços de armazenamento e impressão de documentos em suporte papel.

Diante do exposto, o resultado é que há, cada vez mais, documentos arquivísticos em meio digital que precisam ser geridos, incluindo-se medidas de preservação capazes de garantir o seu acesso ao longo do tempo, a fim de que sejam prontamente recuperados e passíveis de utilização. Conforme o CONARQ (2005), as informações arquivísticas produzidas, recebidas, utilizadas e conservadas em sistemas informatizados constituem o patrimônio arquivístico digital, legado que deve ser preservado e mantido acessível à sociedade.

Nesse contexto cada vez mais regido pelos meios digitais, as medidas de preservação tornam-se preponderantes. A preservação digital, segundo o que informa o InterPARES 3 Project (2025), constitui-se como um conjunto de ações, gerenciais e técnicas, voltadas à superação das mudanças tecnológicas, processo que permite mitigar a fragilidade dos suportes, garantindo o acesso e a compreensão dos documentos digitais pelo tempo que for necessário.

Em se tratando de documentos arquivísticos permanentes - aqueles que por razões informativas, probatórias, científicas, históricas, culturais, ou seja, com usos que extrapolam a sua finalidade de criação imediata -, uma das medidas para a sua manutenção e o seu acesso ocorre por meio do seu recolhimento para um custodiador confiável[1], que pode ser uma instituição arquivística ou um serviço arquivístico[2], este sob responsabilidade da organização produtora dos documentos.

[1] “Preservador que pode demonstrar que não tem nenhum motivo para alterar os documentos arquivísticos preservados, ou para permitir que outros os alterem, e é capaz de implementar todos os requisitos para preservação de cópias autênticas de documentos arquivísticos” (InterPARES 3 Project, 2025, local. 06).

[2] “Unidades administrativas nos órgãos e entidades da administração pública federal, responsáveis pela implantação de processos gerenciais e de suporte relacionados à execução das funções arquivísticas de gestão de documentos públicos” (Arquivo Nacional, 2021, p. 155). No contexto das universidades federais, são denominadas como “arquivo central”, “unidade de arquivo”, “setor de arquivo” etc.

Assim, o objetivo desta pesquisa[3] foi averiguar, no âmbito das universidades federais do Brasil, o desenvolvimento do recolhimento e da custódia dos documentos arquivísticos permanentes digitais. Buscou-se identificar se esses documentos são recolhidos para os serviços arquivísticos de suas respectivas universidades ou para o Arquivo Nacional (instituição arquivística da esfera do Poder Executivo federal). Ademais, ao longo desta pesquisa analisam-se fatores que influenciam o cenário encontrado.

A temática que embasa o presente trabalho se justifica, pois, a fragilidade dos documentos arquivísticos digitais requer a sua proteção sob custodiadores confiáveis, além da adoção de ambientes de gestão e de preservação adequados à sua manutenção e ao seu acesso pelo tempo que for necessário. Logo, a existência de Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD)[4] - aplicados aos documentos nas fases corrente e intermediária - e de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq) - quando os documentos estão nas fases intermediária e/ou permanente - é essencial a fim de manter as características dos documentos arquivísticos (forma fixa, conteúdo estável, relação orgânica, confiabilidade, autenticidade etc.), garantindo acesso e compreensão desse material ao longo do tempo.

Na ausência do recolhimento e da custódia, os documentos permanentes digitais tornam-se suscetíveis à perda, à adulteração e à descaracterização, comprometendo sua função probatória, evidencial e informativa, bem como dificultando o seu acesso. Sendo assim, o reconhecimento do cenário atual das universidades federais, quanto ao tema da preservação e da manutenção dos documentos arquivístico digitais, propicia que se levantem subsídios teóricos e aplicados que sirvam para o desenvolvimento e para o aperfeiçoamento de procedimentos e de rotinas que visem à proteção do seu patrimônio arquivístico digital.

[3] O presente estudo foi desenvolvido no âmbito de uma pesquisa de doutorado denominada “A gestão arquivística voltada à preservação dos documentos digitais das universidades federais do Brasil”. Análises e dados complementares aos apresentados no presente artigo podem ser consultados na referida tese.

[4] “Conjunto de procedimentos e operações técnicas característico do sistema de gestão arquivística de documentos, processado eletronicamente e aplicável em ambientes digitais ou em ambientes híbridos, isto é, em que existem documentos digitais e não digitais ao mesmo tempo.” (CONARQ, 2022, p. 218).

2 Metodologia

Partindo da caracterização deste estudo, Silva e Menezes (2005) defendem que uma pesquisa pode ser classificada conforme sua natureza, sua forma de abordagem do problema, seu objetivo e os procedimentos técnicos adotados.

Desse modo, a natureza desta pesquisa pode ser considerada aplicada, pois visa encontrar soluções para um problema existente em determinado contexto ou organização (Kothari, 2004), e "[...] objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais" (Silva; Menezes, 2005, p. 20).

Os interesses locais do estudo são delineados pelo contexto das universidades federais do Brasil, ou seja, há uma análise de fatores inerentes a um conjunto de instituições que desenvolvem atividades similares no cenário nacional.

Com relação à abordagem do problema de pesquisa, o estudo assume-se como descritivo, afinal, "[...] procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos" (Prodanov; Freitas, 2013, p. 52). As indagações que regem a pesquisa são as seguintes: os documentos arquivísticos permanentes digitais das universidades federais do Brasil são recolhidos e custodiados em ambientes de preservação de longo prazo? A responsabilidade por essa atividade é desenvolvida pelos serviços arquivísticos das universidades ou pelo Arquivo Nacional? Quais fatores justificam a situação encontrada?

A consecução do objetivo da pesquisa utilizou-se da coleta de dados nas universidades federais, a fim de compreender a situação atual sobre o recolhimento e a custódia, e do interesse em saber qual instância realiza essas atribuições. Logo, assume, neste trabalho, uma abordagem quali-quantitativa, pela qual os dados coletados são tabulados e apresentados por meio de gráficos e quadros, além de serem analisados de forma descritiva.

Creswell (2007) descreve que a coleta e a análise de dados podem se utilizar de uma técnica de métodos mistos, quando há obtenção tanto de informações numéricas como de informações em texto, havendo como representação final informações quantitativas e qualitativas.

Em relação aos procedimentos técnicos, Prodanov e Freitas (2013) explicam

que acontecem de maneira a definir a maneira pela qual os dados para o desenvolvimento da pesquisa são obtidos. Diante disso, nesta pesquisa, utilizou-se o levantamento por meio de um questionário. Kothari (2004) argumenta que o questionário tem como vantagens o baixo custo, pode abranger um conjunto de instituições dispersas geograficamente e oferece tempo suficiente para que os participantes apresentem as respostas.

A coleta de dados foi realizada no segundo semestre de 2023, abrangendo um conjunto de 36 serviços arquivísticos de universidades federais, considerando a totalidade de 69 dessas instituições no Brasil. O quantitativo de universidades federais toma por base uma solicitação encaminhada ao Ministério da Educação (MEC), por meio de Lei de Acesso à Informação (LAI), no ano de 2022.

O conjunto de 36 serviços arquivísticos eleito como público-alvo para a coleta de dados foi definido com base em três critérios:

a) Possuir arquivista atuando na unidade;
b) A unidade desenvolver ações e procedimentos da gestão arquivística[5] inerentes a toda a universidade (não atuar de forma setorizada);
c) Dispor as informações dos itens “a” e “b” em seus *websites*/páginas *web*.

O questionário, conforme dados a serem apresentados nas subseções a seguir, incluiu questões sobre a atuação dos serviços arquivísticos no recolhimento e na custódia dos documentos permanentes, assim como a interação entre essas unidades e o Arquivo Nacional, especialmente no que tange ao recolhimento de documentos.

Por meio dos endereços de correio eletrônico institucionais, foi realizado o envio do questionário aos 36 serviços arquivísticos selecionados para esta pesquisa. Durante o período de aproximadamente 60 dias, mediante reiterados contatos (prioritariamente por meio de mensagens de correio eletrônico e, complementarmente, mediante contato via rede de comunicação social – *WhatsApp*, a profissionais que atuam nesses setores), 29 unidades participantes (Quadro 1) responderam ao instrumento de coleta de dados, representando 81% do conjunto eleito.

As universidades que responderam ao questionário por meio dos seus serviços arquivísticos, assim como a localização de suas regiões geográficas, são relacionadas

[5] Entende-se, para fins desta pesquisa, que a “gestão arquivística” abrange elementos políticos, legais, disponibilidade de recursos, administração dos serviços arquivísticos etc., ou seja, refere-se ao gerenciamento arquivístico, enquanto a “gestão de documentos” possui um viés voltado aos procedimentos e operações técnicas aplicados aos documentos.

no Quadro 1.

Quadro 1 – Relação de universidades e respectivos serviços arquivísticos respondentes à coleta de dados.

	Universidade	Serviço Arquivístico	Região
1	Universidade de Brasília (UNB)	Arquivo Central	Centro-Oeste
2	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Coordenação de Arquivo e Documentação	Nordeste
3	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	Setor de Arquivo Institucional	Centro-Oeste
4	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	Seção de Protocolo e Arquivo	Sul
5	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)	Secretaria de Controle, Arquivo e Gestão da Informação	Nordeste
6	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	Departamento de Gestão Documental	Sul
7	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	Arquivo Central	Nordeste
8	Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)	Seção de Protocolo e Arquivo	Sudeste
9	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	Arquivo Geral	Nordeste
10	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Arquivo Central	Sudeste
11	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	Documentação Institucional	Centro-Oeste
12	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Diretoria de Arquivos Institucionais	Sudeste
13	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Coordenadoria de Arquivo Central	Sul
14	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Departamento de Arquivo Geral	Sul
15	Universidade Federal do Acre (UFAC)	Arquivo Central	Norte
16	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Arquivo Central	Norte
17	Universidade Federal do Cariri (UFCA)	Secretaria de Documentação e Protocolo	Nordeste
18	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Arquivo Central	Sudeste
19	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Diretoria de Documentação Institucional	Sudeste
20	Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	Coordenação de Arquivo e Protocolo	Norte
21	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Arquivo Central	Norte
22	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Unidade de Arquivo e Atividades Auxiliares	Sul
23	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Arquivo Central	Sudeste
24	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Coordenação de Arquivo Geral	Sul
25	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Divisão de Documentação	Sul
26	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)	Arquivo Central	Norte
27	Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Diretoria de Gestão Documental	Norte
28	Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	Setor de Protocolo e Gestão Documental	Sudeste

	Universidade	Serviço Arquivístico	Região
29	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	Seção de Arquivo e Protocolo Geral	Sudeste

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Destaca-se que, diante das 29 instituições correspondentes, todas as regiões do Brasil possuem universidades que as representam na coleta de dados desta pesquisa, conforme a seguinte proporção: seis (6) respondentes na região Norte; cinco (5) na região Nordeste; três (3) na região Centro-Oeste; sete (7) na região Sul; e, por fim, oito (8) participantes na região Sudeste. Perfaz-se, assim, um retrato do cenário nacional.

Considerando que o presente estudo visou analisar o cenário geral das universidades federais, bem como no intuito de conseguir respostas que retratassem a real situação dos seus serviços arquivísticos, principalmente no que tange a limitações na execução de suas atividades, utilizou-se a estratégia de não identificar nominalmente a instituição frente a situações específicas descritas durante a análise e a apresentação dos dados.

Ainda em relação aos procedimentos técnicos, referenciais bibliográficos e documentais subsidiam as considerações teóricas do estudo. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida por meio de materiais já publicados (livros, artigos científicos, teses etc.) (Prodanov; Freitas, 2013), enquanto a documental utiliza fontes que não passam por processos de análise (Mascarenhas, 2012), como a legislação vigente, por exemplo.

No decorrer das seções seguintes, são desenvolvidas considerações teóricas sobre a temática, os dados coletados são apresentados e analisados e, por fim, discorre-se sobre as conclusões do estudo.

3 Recolhimento e custódia dos documentos arquivísticos permanentes digitais das universidades federais

As universidades - no caso do presente estudo, envolvendo as de âmbito federal - são instituições que atuam no desenvolvimento científico, na promoção do ensino, na difusão do conhecimento, na busca por melhorias e soluções para problemas da sociedade, sobretudo no fomento à reflexão e senso crítico sobre diversos temas que envolvem a humanidade.

Bottino (1994) destaca que a universidade tem um papel social distinto que se configura em pelo menos 3 processos: i) por meio do ensino, formando profissionais competentes e especializados no mercado de trabalho; ii) através da pesquisa, produzindo novos conhecimentos que promovam o progresso; e, ainda, iii) por meio da extensão, estabelecendo a relação entre a universidade e a comunidade para disseminar o conhecimento.

Por conseguinte, o desenvolvimento das funções e das atividades de uma universidade resultam na produção de diversos documentos arquivísticos que, em um primeiro momento, servem às finalidades para as quais foram criados e, em instâncias seguintes, quando investidos de interesses históricos, informativos, probatórios, científicos e culturais, ou seja, quando se estendem para a posteridade e requerem que sejam mantidos indefinidamente. Logo, os documentos permanentes são "[...] preservados em caráter definitivo em função de seu valor" (Arquivo Nacional, 2005, p. 34).

Carvalho (2012) explica que a atuação das universidades resulta na produção de arquivos científicos, compostos por estudos, resultados de experiências, dissertações, teses, publicações científicas etc. Esse conjunto é a memória científica da universidade, assim como do pensamento intelectual nacional, ou seja, são patrimônio público, com potencial de subsidiar soluções para a área da saúde, da educação, da infraestrutura, e dos demais âmbitos que demandam contínuas melhorias.

Dessa maneira, ter acesso a esses acervos não apenas no presente, mas ao longo do tempo, permite o desenvolvimento adequado das funções e das atividades da universidade, possibilita que direitos e garantias dos indivíduos sejam alcançados, serve como fonte de conhecimento para a comunidade acadêmica e para a sociedade, e viabiliza o uso de parcela do patrimônio arquivístico digital do país.

Para tanto, torna-se fundamental o estabelecimento da gestão de documentos, definida como "[...] conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes a produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos arquivísticos em idades corrente e intermediária" (CONARQ, 2022, p. 211), resultando na eliminação ou no recolhimento para guarda permanente desses registros (CONARQ, 2022).

De acordo com o Arquivo Nacional (2019), a gestão de documentos assume relevância para: assegurar a criação, a utilização e a destinação dos documentos de

forma eficiente; tornar a informação disponível e acessível quando e onde for necessária; auxiliar a conservação e o acesso de documentos com valor probatório, científico e histórico; utilizar, de forma racional, recursos humanos, materiais e financeiros. Sousa (2023) acrescenta que a gestão de documentos constitui-se em um instrumento gerencial e de preservação da memória institucional.

Para propiciar o desenvolvimento das atividades de gestão de documentos é necessário que as universidades estruturem seus serviços arquivísticos, pois são unidades responsáveis por elaborar, aplicar, coordenar e monitorar as ações e estratégias voltadas aos documentos arquivísticos, independentemente da sua forma ou suporte.

Quando realizam o recolhimento de documentos com valor para além de suas finalidades imediatas, Bellotto (2014) explica que essas unidades acabam custodiando os documentos arquivísticos de valor histórico, cultural, científico, informativo e probatório, constituindo-se nos arquivos permanentes. Ainda segundo a autora, esses arquivos históricos atuam na garantia da “memória” das organizações para efeitos científicos da pesquisa histórica e efeitos de transmissão cultural.

A custódia, definida como a “responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivos, independentemente de vínculo de propriedade” (Arquivo Nacional, 2005, p. 62), é fundamental para proteger os documentos contra ameaças, riscos, adulterações e destruição, mantendo, assim, o vínculo arquivístico entre os documentos, assegurando sua preservação, autenticidade e acesso, para que permaneçam como fontes de prova ou referência (Silva, 2017).

No cenário nacional, embora seja possível identificar a presença de arquivos permanentes em parcela das universidades federais, a Lei nº 8.159/1991 (Lei de Arquivos) (Brasil, 1991) infere que cabe ao Arquivo Nacional (instituição arquivística do Poder Executivo federal) a responsabilidade pelo recolhimento e acesso a esses conjuntos documentais.

> Compete ao Arquivo Nacional a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda, e acompanhar e implementar a política nacional de arquivos. (Brasil, 1991, cap. V, art. 18).

Em 2020, por meio de um processo de consulta pública[6], foi apresentada uma minuta da Política de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal (PGDeArq), na qual há a possibilidade da "custódia compartilhada". Essa custódia permite a manutenção dos documentos arquivísticos permanentes nos seus órgãos e entidades produtores, desde que sejam criados arquivos centrais mediante autorização do Arquivo Nacional. Ainda, caberá ao Arquivo Nacional manter o controle regulatório e supervisão técnico-especializada nos casos em que os documentos sejam custodiados nos órgãos de origem (Arquivo Nacional, 2021).

Diante disso, considerando situações em que a custódia já é responsabilidade assumida pelos órgãos e entidades produtores dos documentos, identifica-se que a proposta de "custódia compartilhada" acaba por "oficializar" uma prática já existente. Assim, a responsabilidade pelo recolhimento e custódia dos documentos arquivísticos permanentes pode tanto ocorrer nos serviços arquivísticos das universidades federais quanto no Arquivo Nacional.

Em se tratando dos documentos arquivísticos permanentes digitais, a sua custódia depende da estruturação e da manutenção de ambientes de preservação, ou seja, de um RDC-Arq. Esse ambiente é caracterizado por gerenciar e armazenar materiais digitais, pelo tempo que for necessário, respeitando os princípios e as normas arquivísticas e, dessa forma, mantendo as características do documento arquivístico digital, com destaque à autenticidade e à relação orgânica (CONARQ, 2023).

Gava e Flores (2020) explicam que o RDC-Arq agrega três conceitos: o de Repositório Digital, que armazena materiais digitais; o de Repositório Arquivístico Digital, por sua capacidade de atender aos preceitos arquivísticos; e o de Repositório Digital Confiável, com características que garantem a manutenção, a autenticidade e o acesso aos materiais digitais pelo tempo que for necessário.

É por meio do RDC-Arq que os documentos arquivísticos permanentes digitais serão mantidos acessíveis ao longo do tempo, mantendo suas características e, por conseguinte, preservando o patrimônio arquivístico digital.

Cabe à instância responsável pela custódia dos documentos arquivísticos

[6] Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/noticias/arquivo-nacional-abre-consulta-publica-sobre-a-politica-de-gestao-de-documentos. Acesso em: 22 ago. 2026.

digitais (seja ela a instituição arquivística nacional ou regional, ou o serviço arquivístico de determinada instituição): planejar; dispor de recursos (financeiros, pessoal, tecnológicos, capacitação etc.); desenvolver tanto políticas e programas de gestão arquivística de documentos, quanto política de preservação dos documentos arquivísticos digitais; dispor de estrutura física; e atuar continuamente na administração do ambiente RDC-Arq. Isso tudo permite que os documentos sejam, de fato, mantidos de modo confiável, compreensível e acessível.

Silva (2017) explica que, tanto a instituição arquivística quanto um serviço arquivístico pode ser custodiador confiável, desde que possua autoridade para essa tarefa e seja capaz de desenvolver ações gerenciais e técnicas que garantam o acesso e a interpretação dos documentos pelo tempo que for necessário.

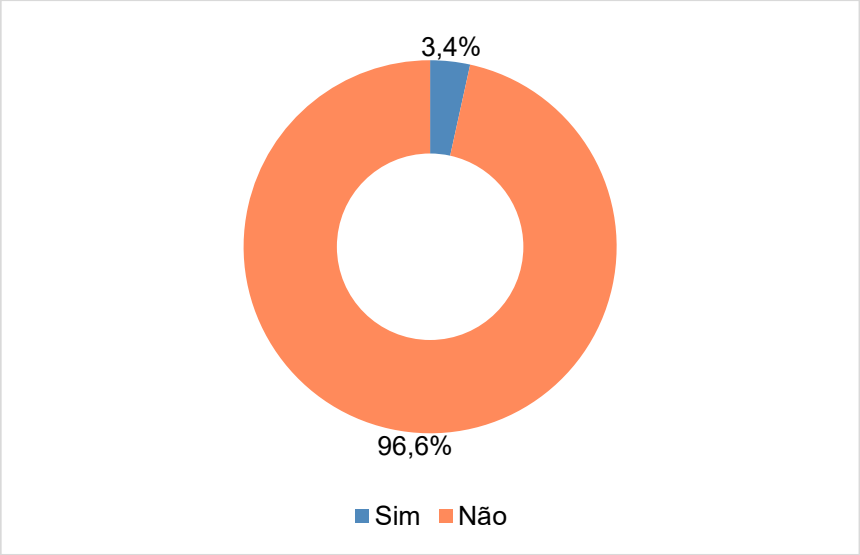
Diante da complexidade e da responsabilidade exigidas na manutenção dos documentos permanentes, em especial os digitais, bem como a relevância de sua execução para que se preserve o patrimônio arquivístico nacional, este estudo volta-se à identificação da situação do recolhimento e da custódia dos documentos arquivísticos permanentes digitais das universidades federais, analisando fatores que influenciam na constituição do cenário encontrado, conforme apresenta-se na subseção seguinte.

3.1 A atuação dos serviços arquivísticos das universidades federais e do Arquivo Nacional no recolhimento e custódia dos documentos arquivísticos permanentes digitais.

A partir da coleta de dados realizada nos serviços arquivísticos das universidades federais, foi possível analisar o cenário quanto ao recolhimento e à custódia de documentos arquivísticos permanentes digitais.

Tomando como parâmetro os documentos produzidos por meio de sistemas informatizados, considerando que esses são cada vez mais utilizados nos órgãos e nas entidades da administração pública federal, questionou-se às universidades, após esses documentos cumprirem os prazos nas fases corrente e intermediária, se eles são recolhidos para um ambiente voltado à preservação de longo prazo sob responsabilidade da universidade. O Gráfico 1 apresenta o cenário encontrado.

Gráfico 1 – Recolhimento de documentos arquivísticos permanentes digitais para um ambiente de preservação



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Conforme demonstrado no Gráfico 1, observa-se que 96,6% (28 instituições) não realizam o recolhimento de documentos arquivísticos permanentes digitais para um ambiente de preservação, de modo que esses registros são mantidos, indevidamente, nos sistemas informatizados responsáveis pela sua produção e tramitação. Apenas 3,4% (uma instituição) apontam que os documentos são encaminhados para um ambiente voltado à preservação de longo prazo sob responsabilidade da universidade.

Em se tratando do recolhimento de documentos arquivísticos permanentes não digitais, nota-se que 75,9% dos serviços arquivísticos (22 instituições) declaram que realizam esse procedimento e 24,1% (7 instituições) não o efetivam. Assim, mesmo no meio não digital há ausência do recolhimento em parcela das universidades.

Depreende-se dos dados apresentados, a partir do Gráfico 1, que os documentos arquivísticos permanentes digitais produzidos em sistemas informatizados, após cumprirem os prazos estipulados para as idades corrente e intermediária, em quase sua totalidade não são recolhidos para um custodiador confiável, a fim de serem mantidos em um ambiente voltado à preservação pelo tempo que for necessário. Conforme destaca o CONARQ (2023), o preservador de documentos arquivísticos é a entidade que custodia física e legalmente os documentos, garantido que se mantenham acessíveis continuamente.

A universidade que declara possuir ambiente de preservação, representando

os 3,4% (uma instituição) no Gráfico 1, especifica que ele se constitui no *Archivematica*. Essa ferramenta é um *software* baseado na *web* que possibilita a manutenção de objetos digitais confiáveis, autênticos e seguros ao longo do tempo. Seu escopo abrange a submissão/ingestão dos objetos digitais, o armazenamento e o acesso, em conformidade ao modelo *Open Archival Information System* (OAIS) e demais padrões e normas voltadas à preservação digital (Gava; Flores, 2021).

É preciso considerar, porém, que para a constituição de um RDC-Arq não basta o uso do *Archivematica*, sendo necessário uma série de elementos que sustentam o ambiente de preservação, tais como: o atendimento de padrões e normas voltadas à gestão e preservação dos documentos; gestão de metadados; disponibilidade de pessoal; recursos financeiros contínuos; designação de responsabilidades; apoio da alta direção etc.

Um ambiente de preservação de documentos digitais deve passar, continuamente, por processos de auditoria e de certificação, a fim de comprovar sua sustentabilidade e sua confiabilidade na missão de garantir que os objetos digitais estejam acessíveis, confiáveis e autênticos. Esse conjunto de ações e recursos administrativos, operacionais e tecnológicos influenciam no cenário apresentado, afinal, alcançar a sua disponibilidade é um desafio às universidades.

Inclusive, a universidade que declarou possuir um ambiente de preservação, considerando-o como sendo o *Archivematica*, conforme apresentado no Gráfico 1, ainda não possui política de preservação de documentos arquivísticos digitais e SIGAD[7], por exemplo, o que remete para a necessidade de melhorias nos elementos que envolvem o ambiente voltado à manutenção dos documentos arquivísticos digitais ao longo do tempo. Conforme os dados coletados por meio do questionário, a instituição tampouco possui estimativa da proporção de documentos arquivísticos permanentes digitais produzidos pela universidade que são submetidos ao processo de recolhimento. Infere-se assim que, mesmo na universidade que declara realizar o recolhimento dos documentos arquivísticos permanentes digitais, há necessidade de evolução dos procedimentos realizados para desenvolver adequadamente a custódia desses documentos.

De acordo com os dados da pesquisa, apenas 17,2% (cinco instituições)

[7] Embora não possua SIGAD, a instituição declara possuir sistema(s) de negócio que atende(m) aos procedimentos da gestão de documentos.

possuem publicada uma política de preservação de documentos arquivísticos digitais. Enquanto isso, 13,8% (quatro instituições) declaram que dispõem de quantitativo de profissionais de arquivo em número suficiente para atuar com os documentos digitais, 17,2% (cinco instituições) possuem recursos financeiros suficientes à gestão arquivística dos documentos digitais e, ainda, somente 3,4% (uma instituição) dispõem de um SIGAD.

Esses dados são indícios da ausência de recursos essenciais à gestão arquivística voltada aos documentos digitais e, por conseguinte, repercutem na inviabilidade do estabelecimento de ambientes de preservação, responsáveis por receber os documentos permanentes digitais recolhidos.

Considerando que a maioria absoluta dos serviços arquivísticos das universidades integrantes desta pesquisa não realiza o recolhimento dos documentos arquivísticos permanentes digitais, a investigação averiguou se ocorre o seu recolhimento ao Arquivo Nacional. Por meio dessa estratégia, além de atender ao que atualmente determina a Lei de Arquivos brasileira, também evita que documentos que já cumpriram seus prazos na idade corrente e intermediária permaneçam nos sistemas informatizados que os produziram, sendo esses ambientes não adequados à proteção dos documentos ao longo do tempo. O cenário é retratado por meio do Gráfico 2.

Gráfico 2 – Recolhimento de documentos arquivísticos permanentes digitais ao Arquivo Nacional



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Como demonstra o Gráfico 2, as 29 universidades, em sua totalidade, apontam

que não realizam o recolhimento de documentos arquivísticos permanentes digitais ao Arquivo Nacional, representando 100% do conjunto participante. Assim, constata-se que o cenário configura a total ausência da função custodiadora do Arquivo Nacional para com os documentos arquivísticos permanentes digitais produzidos pelas universidades federais.

No caso dos documentos arquivísticos permanentes não digitais, percebe-se que 96,6% (28 instituições) não realizam o recolhimento ao Arquivo Nacional e apenas uma instituição (representada por 3,4%) afirma que desenvolve esse procedimento.

Conforme Reis (2019), desde o ano de 2010 o Arquivo Nacional desenvolve o Programa Permanente de Preservação e Acesso a Documentos Arquivísticos Digitais – AN Digital, a fim de ter condições organizacionais, infraestrutura e tecnologia, para atuar como o custodiador final dos documentos do Poder Executivo federal.

De acordo com a Política de Preservação Digital do Arquivo Nacional, em razão da capacidade inicial de operação do repositório arquivístico digital da instituição, haverá priorização para o recolhimento de documentos permanentes em detrimento daqueles em idade intermediária (Arquivo Nacional, 2016). Assim, mesmo que a política estabelecida pelo Arquivo Nacional preveja que as universidades federais possam realizar o recolhimento dos documentos à instituição arquivística de sua esfera de competência, na prática isso não ocorre.

A fim de investigar com mais detalhes os fatores que interferem na ausência do recolhimento dos documentos permanentes digitais das universidades federais ao Arquivo Nacional, indagou-se aos participantes da pesquisa as razões para tal cenário.

Diante da referida indagação, todos os 29 serviços arquivísticos que responderam ao questionário apresentaram justificativas sobre essa questão, mesmo que o seu preenchimento não fosse obrigatório. Com o intuito de organizar as respostas recebidas, de evitar repetição de justificativas descritas por diferentes universidades, de tornar o texto sucinto, além de suprimir a identificação de universidades que foram citadas nominalmente em determinadas respostas, foram estabelecidas nove categorias de argumentos com base no agrupamento de justificativas que apresentaram similaridade.

Logo, as principais motivações para a situação atual são apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Argumentos apresentados em relação ao não recolhimento de documentos arquivísticos permanentes digitais ao Arquivo Nacional

Argumentos	Principais elementos mencionados nas respostas
1. Ausência de sistemas informatizados para desempenho da gestão e preservação de documentos	Ausência de SIGAD; ausência de RDC-Arq; adoção de sistemas informatizados que não atendem à gestão de documentos.
2. Decisão de manter os documentos sob responsabilidade da universidade	Manutenção dos documentos próximos à comunidade acadêmica e pesquisadores; autonomia institucional sobre o seu patrimônio documental; decisão do serviço arquivístico em manter os documentos sob sua custódia em razão do valor histórico e cultural local.
3. Ausência de procedimentos da gestão de documentos	Não realização da avaliação dos documentos digitais; ações da gestão de documentos não são consolidadas; ausência de organização dos documentos para que possam ser avaliados e destinados.
4. Ausência de infraestrutura e insuficiência de profissionais	Ausência de infraestrutura e de recursos humanos; ausência de apoio institucional a fim de oferecer recursos materiais e humanos; custódia de documentos permanentes em empresa terceirizada; presença de apenas um arquivista na instituição; estruturação física e técnica para o recolhimento ainda em desenvolvimento.
5. Ausência de atuação e de capacidade de armazenamento do Arquivo Nacional	Limitação na infraestrutura, recursos técnicos e capacidade de armazenamento do Arquivo Nacional; desconhecimento de que é possível recolher documentos permanentes digitais ao Arquivo Nacional; ausência de orientação do Arquivo Nacional sobre recolhimento de documentos.
6. Recolhimento ao Arquivo Nacional sob análise da universidade	A universidade ainda está estudando sobre a efetivação do recolhimento ao Arquivo Nacional; ausência de fluxo estabelecido para o recolhimento ao Arquivo Nacional; estratégia de preservação permanente e/ou longo prazo ainda não definida completamente.
7. Procedimentos da gestão de documentos iniciados recentemente	Arquivista atuando há pouco tempo na universidade; políticas arquivísticas ainda em elaboração; universidade criada recentemente, de modo que os documentos ainda não estão organizados; grupos de trabalho em formação a fim de elaborar política de preservação dos documentos.
8. Especificações técnicas	Exigência de tecnologia e formatos específicos.
9. Ausência de apoio institucional	Ausência de apoio da área de Tecnologia da Informação (TI) da universidade.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

De acordo com o que se apresenta no Quadro 2, são múltiplas as razões para que não ocorra o recolhimento dos documentos arquivísticos permanentes digitais ao

Arquivo Nacional. Uma das principais indicações é a ausência de SIGAD ou de sistemas informatizados que desenvolvam os procedimentos da gestão de documentos. Isso inviabiliza o transcorrer do ciclo vital e, por conseguinte, evita que os documentos alcancem a etapa de destinação, impossibilitando a execução do recolhimento dos documentos.

Procedimentos da gestão de documentos incipientes, disponibilidade limitada de infraestrutura e profissionais, e ausência de apoio de áreas institucionais são alguns dos argumentos que elucidam como os serviços arquivísticos das universidades encontram-se diante de um desafio de longa data: a valorização das suas atividades, frequentemente carente de apoio e de direcionamento de recursos. Tais argumentos são situações reiteradamente apontadas em publicações que se referem ao tratamento de documentos não digitais e, conforme visualiza-se a partir do presente estudo, replicados no ambiente digital.

Quanto à limitação de ações do Arquivo Nacional para promover o recolhimento dos documentos (mencionado nas justificativas das universidades), Jardim (1995), constata dificuldades nesse sentido, desde meados dos anos 1990. Segundo o autor, os recolhimentos ocorrem em situações esporádicas, como a extinção de órgãos públicos, por exemplo, e não de forma sistêmica e constante.

Jardim (1995) explica que a ausência da gestão de documentos resulta na acumulação desses registros nos serviços arquivísticos dos órgãos que, combinados com ausência de recursos para o seu tratamento, colocam em segundo plano o ciclo da informação arquivística. Como resultado, tanto a instituição arquivística quanto os serviços arquivísticos tornam-se desvinculados do processo político-decisório governamental (Jardim, 1995).

Ao desenvolver estudo que tratou da atuação do Arquivo Nacional para com os órgãos da Administração Pública Federal, Vieira (2021) constatou a ausência de uma atuação efetiva e proativa dessa instituição arquivística, pois o recolhimento de documentos não é desenvolvido de forma contínua, resultando na manutenção dos documentos permanentes nos órgãos de origem.

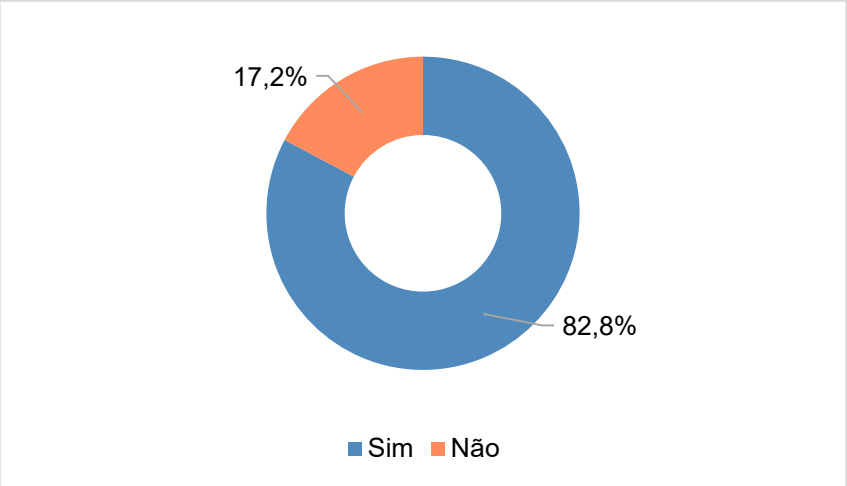
Conforme apresentado por Jardim (1995) e Vieira (2021), o não recolhimento dos documentos ao Arquivo Nacional é uma situação que ocorre há décadas, desde períodos em que predominavam o suporte papel até os dias atuais, em que o meio digital desponta com intensidade.

Com relação às justificativas das universidades que mencionam a intenção de manter o acesso aos documentos à comunidade local, é possível refletir que, em se tratando dos documentos arquivísticos digitais, as possibilidades do uso de ferramentas que tornam o seu acesso possível por meio da *web* diminuem a exigência de custódia local. Independentemente de serem custodiados nas universidades ou no Arquivo Nacional, desde que regidos por um programa consistente de gestão, difusão e acesso, e consubstanciados por recursos adequados, os acervos digitais podem ser consultados de qualquer local com disponibilidade de acesso à *web*.

Quanto aos argumentos de parcela dos serviços arquivísticos das universidades federais que defende a manutenção dos documentos permanentes digitais sob sua custódia, a pesquisa avança para a análise das intenções de aderir à proposta de "custódia compartilhada", apresentada pelo Arquivo Nacional em 2020. Nesse caso, não há uma distinção entre documentos não digitais ou digitais, ou seja, a "custódia compartilhada" prevê a manutenção dos documentos nos órgãos produtores independentemente da sua forma e suporte.

O posicionamento dos serviços arquivísticos participantes da coleta de dados é apresentado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Pretensão de manter a custódia dos documentos na universidade com base na proposta da "custódia compartilhada"



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

De acordo com o Gráfico 3, 82,8% dos respondentes (24 instituições) consideram manter sob sua custódia os documentos arquivísticos permanentes, enquanto 17,2% (cinco instituições) não consideram a opção da "custódia compartilhada". Logo, predomina a defesa pela custódia dos documentos arquivísticos

permanentes junto aos seus órgãos produtores, ou seja, nas universidades federais. Durante o desenvolvimento da pesquisa apenas uma universidade declarou realizar o recolhimento de documentos permanentes não digitais ao Arquivo Nacional, entretanto, ela não soube especificar a porcentagem que esse recolhimento representa frente à produção total de documentos permanentes da universidade.

Embora predomine o posicionamento de manter os documentos permanentes junto aos serviços arquivísticos das universidades (o que na prática já ocorre), as condições estruturais para o desempenho dessa atribuição são limitadas. Além de dificuldades para o desenvolvimento da gestão arquivística (ausência de políticas, pessoal, recursos etc.), no Gráfico 1, por exemplo, elucida-se que, para os documentos digitais a estruturação de ambientes de preservação é exceção no âmbito das universidades federais, tornando inviáveis a manutenção e a custódia, de forma segura, desses registros.

Complementarmente, ao indagar se os serviços arquivísticos possuem condições técnicas e estruturais para custodiar toda a produção de documentos arquivísticos permanentes em meio não digital da instituição, 28 universidades responderam ao questionamento[8], perfazendo um cenário em que 67,9% (19 instituições) afirmam que não possuem condições técnicas e estruturais adequadas à custódia de todo o seu acervo arquivístico de guarda permanente, enquanto 32,1% (nove instituições) consideram possuir tais condições. Isso indica que nem mesmo a custódia dos documentos arquivísticos permanentes não digitais é uma questão resolvida.

Em relação aos documentos arquivísticos permanentes digitais, observa-se um cenário de contraste: enquanto 82,8% das universidades (24 instituições) pretende (e já o fazem, independentemente da Lei de Arquivos) assumir “oficialmente” a custódia dos documentos permanentes, 96,6% (28 instituições) não possuem ambiente para a sua preservação, ou seja, um RDC-Arq. Embora predomine a intenção pela manutenção da custódia dos documentos permanentes digitais nos serviços arquivísticos, a realidade expõe uma estrutura deficitária para o desempenho dessa atribuição

Para entender as razões que justificam a intenção dos serviços arquivísticos das universidades em manter os documentos sob sua custódia, ou seja, na defesa da

[8] Uma universidade não respondeu a esse questionamento.

"custódia compartilhada", apresenta-se o Quadro 3. Nele, estão as razões apresentadas pelas 29 universidades, sintetizadas em sete categorias de argumentos, definidas de acordo com a similaridade das respostas. Importa salientar que foram realizadas adaptações no texto das respostas para melhor compreensão; observa-se também que as respostas que não apresentaram argumentos objetivos ao que fora solicitado foram desconsideradas.

Quadro 3 – Argumentos para a escolha da estratégia de "custódia compartilhada"

Argumentos	Principais elementos mencionados nas respostas
1. Manter acesso dos documentos à comunidade local	Acesso amplo e equitativo a pesquisadores, estudantes e cidadãos (pesquisas *in loco*); realizar difusão e exposições com os documentos; instituir arquivo histórico para ser fonte de pesquisa à comunidade acadêmica; facilitar acesso aos documentos; promover a memória institucional e desenvolvimento de pesquisas; valorizar história e cultura locais.
2. Ausência de procedimentos da gestão de documentos e recursos na universidade	Ausência de pessoal para realizar o tratamento dos documentos; carência de recursos (tecnologia, pessoal, normativas) para recolhimento do acervo; massa documental acumulada com procedimentos da gestão de documentos recentes; manter os documentos na universidade até atingir maturidade na sua organização, para então, iniciar discussões sobre o assunto; ausência de condições para realizar o acesso dos documentos digitais.
3. Existência de estrutura própria para a custódia e ações da gestão de documentos em desenvolvimento	Arquivo central possui estrutura para custodiar os documentos permanentes; universidade investiu em infraestrutura física e tecnológica para preservar os documentos não digitais e digitais; implementação de estratégias para aperfeiçoar a produção e a destinação dos documentos a fim de alcançar melhores condições para sua preservação.
4. Defesa da custódia como responsabilidade da universidade	Preservação e acesso devem ser realizados pela instituição de origem; manter a autonomia institucional.
5. Evitar gastos e considerar aspectos logísticos	Evitar gastos mantendo os documentos na universidade; razões logísticas e de preservação dos documentos; economia para promover acesso aos documentos.
6. Ausência de orientação e espaço físico no Arquivo Nacional	Falta de orientação do Arquivo Nacional sobre o recolhimento de documentos; Arquivo Nacional possui limitações no espaço físico e tecnologia para preservação; ausência de espaço físico

Argumentos	Principais elementos mencionados nas respostas
	para recolher todos os documentos permanentes da Administração Pública Federal.
7. Custódia compartilhada já instituída na prática	Tecnicamente a custódia compartilhada já é realidade, pois não há recolhimento sistemático ao Arquivo Nacional.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Depreende-se das considerações apresentadas no Quadro 3 que, assim como já mencionado no Quadro 2, há a defesa de que os documentos arquivísticos permanentes sejam mantidos na universidade para propiciar acesso à comunidade local. Algumas universidades declaram que promoveram ações de gestão de documentos e investimentos estruturais para ter condições de custodiar os documentos, e razões relacionadas à logística e gastos necessários para realizar o recolhimento ao Arquivo Nacional também foram citadas.

Identifica-se que parcela das instituições não considera recolher os documentos ao Arquivo Nacional, pois não conseguem desenvolver a gestão de documentos, o que incorre na impossibilidade de efetivar o ciclo de vida desses registros informacionais para que alcancem o processo de destinação e recolhimento. A ausência de atuação do Arquivo Nacional quanto ao recolhimento de documentos é, mais uma vez, apontada como justificativa.

Constata-se que a maioria dos argumentos apresentados pelos serviços arquivísticos das universidades sobre a “custódia compartilhada” (Quadro 3) faz referência à manutenção e recolhimento dos documentos não digitais, sendo poucas as menções voltadas aos documentos digitais, mesmo que esses sejam produzidos de forma crescente.

Considerando que a maioria das universidades não possui intenção de recolher os documentos arquivísticos permanentes digitais ao Arquivo Nacional, mesmo que ele já disponha de estrutura para preservação desses documentos (possui um RDC-Arq), conforme observa-se nos elementos descritos no Quadro 3, incorre que o patrimônio arquivístico digital das universidades encontra-se em uma situação de vulnerabilidade, ocasionada pela carência no desenvolvimento da gestão de documentos, na insuficiência de recursos para a sua preservação e, consequentemente, pela ausência de ambiente voltado à preservação dos documentos arquivísticos permanentes digitais.

Vieira (2022) alerta que é necessário considerar a posição periférica dos serviços arquivísticos nos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e, consequentemente, na limitação de recursos humanos e financeiros, sobretudo no domínio do conhecimento teórico-prático arquivístico, pois eles influenciam no desempenho adequado da guarda, da preservação e do acesso ao patrimônio arquivístico que não é recolhido ao Arquivo Nacional.

Também se depreende dos dados analisados que a mudança desse cenário demandará um longo período. O intuito de que documentos arquivísticos permanentes digitais sejam devidamente geridos e, após, alcancem ambientes que garantam a sua preservação e acesso ao longo do tempo, demandará intenso planejamento, articulação entre diferentes atores e investimentos constantes, ou seja, não se constitui em uma premissa de rápida ou fácil resolução.

Garantir que os documentos arquivísticos digitais recebam um tratamento adequado é condição essencial para manter o acesso do patrimônio arquivístico digital às futuras gerações, e conforme os dados analisados, pode-se concluir que as universidades federais ainda enfrentam diversos obstáculos para desenvolver essa atribuição.

4 Considerações finais

A partir da investigação realizada no contexto das universidades federais foi possível identificar diversos desafios que se apresentam à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos arquivísticos permanentes digitais.

Conforme a análise de dados, evidenciou-se que o recolhimento e a custódia dos documentos arquivísticos permanentes digitais é uma atividade quase inexistente. Do conjunto de universidades participantes da pesquisa, apenas uma declara realizar esse procedimento, enquanto as demais não recolhem os documentos digitais nem para os seus respectivos serviços arquivísticos, tampouco à instituição arquivística de seu âmbito de atuação.

Identificou-se que há diversas limitações estruturais (ausência de políticas e de recursos financeiros, pessoal, tecnológicos etc.), que influenciam pela não realização do recolhimento dos documentos. Se a gestão de documentos não é realizada nas idades corrente e intermediária, torna-se impossível que esses registros alcancem a

etapa de recolhimento. Isso demonstra que os desafios para consolidar a proteção dos acervos arquivísticos digitais perpassam a necessidade de investimentos e de aperfeiçoamento da gestão de documentos em todas as suas etapas.

No que tange ao recolhimento dos documentos arquivísticos permanentes digitais ao Arquivo Nacional - medida que, além de atender ao que prevê a Lei de Arquivos, minimizaria o risco de perda e descaracterização de documentos que são mantidos em sistemas informatizados após o transcorrer dos prazos nas fases corrente e intermediária -, a sua execução é inexistente. Três fatores que se destacam como influenciadores dessa situação são: ausência de uma atuação profícua do Arquivo Nacional para promover o recolhimento; insuficiência de ações da gestão de documentos; e o posicionamento da maioria das universidades defendendo a custódia dos documentos sob sua responsabilidade.

Assim, identifica-se que as ações realizadas pela maioria das universidades são convergentes à proposta da “custódia compartilhada”, na qual possibilita-se a manutenção dos documentos permanentes junto aos seus órgãos produtores, mediante autorização do Arquivo Nacional. O posicionamento que prepondera (o de manter os documentos permanentes no órgão de origem) vai ao encontro da situação atual, na qual, mesmo sem autorização do Arquivo Nacional, os documentos são mantidos sob responsabilidade nos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.

Conclui-se que a precariedade de políticas e recursos mínimos para a gestão arquivística de documentos, a inexistência de SIGAD e RDC-Arq e o não desenvolvimento do recolhimento dos documentos tornam o desempenho da função custodiadora um elemento ausente no contexto pesquisado, tanto pelos serviços arquivísticos das universidades quanto da instituição arquivística do Poder Executivo federal. Isso situa o patrimônio arquivístico digital das universidades federais sob o risco de perda, além de colocar em suspeita a presunção de autenticidade desses registros documentais.

Referências

ARQUIVO NACIONAL. **Devolutiva da Consulta Pública AN nº 01/2020 -** Proposta de Decreto de Implementação da Política de Gestão de Documentos e Arquivos – PGDeArq, da Administração Pública Federal. [*S.l.*], 2021. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/devolutiva-apresenta-

contribuicoes-de-consulta-publica-sobre-a-politica-de-gestao-de-documentos-e-arquivos-do-siga/PGDeArq_devolutiva_consulta_publica_final_22_07_2021.pdf. Acesso em: 16 mai. 2025.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 16 ago. 2026.

ARQUIVO NACIONAL. **Gestão de documentos:** curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019. Disponível em: https://bdan.an.gov.br/items/d448b085-aee3-43d1-a69d-92efbcbf026e. Acesso em: 15 ago. 2026.

ARQUIVO NACIONAL. **Política de Preservação Digital**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas-1/Politica_Preservacao_Digital_v2.pdf. Acesso em: 8 fev. 2025.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo:** estudos e reflexões. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

BOTTINO, Mariza. **Arquivos Universitários:** considerações em torno da questão. Panorama da situação no Brasil. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Departamento de Ensino e Pesquisa – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/10305. Acesso em: 1 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 08 fev. 2025.

CARVALHO, Wallace Pires de. **Arquivos universitários de instituições públicas de ensino superior no Rio de Janeiro:** estudo de caso dos arquivos da UFRJ e UNIRIO. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/765/1/carvalho2012.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital**. Rio de Janeiro: Unesco, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conarq_carta_preservacao_patrimonio_arquivistico_digital.pdf. Acesso em: 8 fev. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq)**. Rio de Janeiro:

Arquivo Nacional, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/noticias/diretrizes-para-a-implementacao-de-repositorios-arquivisticos-digitais-confiaveis-versao-2/DIRETRIZESRDCArq12DEZ2023.pdf. Acesso em: 18 jan. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/EARQV203MAI2022.pdf. Acesso em: 16 ago. 2026.

CRESWELL, John. **Projeto de Pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248p.

GAVA, Tânia Barbosa Salles; FLORES, Daniel. O papel do Archivematica no RDC-Arq e possíveis cenários de uso. **Ágora**: Arquivologia em debate, Florianópolis, v. 31, n. 63, p. 1-21, 2021. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1018. Acesso em: 22 ago. 2025.

GAVA, Tânia Barbosa Salles; FLORES, Daniel. Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-ARQ) como plataforma de preservação digital em um ambiente de gestão arquivística. **Informação & Infoemação**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 74-99, 2020. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38411. Acesso em: 15 ago. 2026.

INTERNATIONAL RESEARCH ON PERMANENT AUTHENTIC RECORDS IN ELECTRONIC SYSTEMS (InterPARES 3 Project). **Base de Dados de Terminologia do InterPARES 3.** TEAM Brasil, *[S.l.],* 2025. Disponível em: http://www.interpares.org/ip3/ip3_terminology_db.cfm?letter=p&term=276. Acesso em: 17 mai. 2025.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 1-13, 1995. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659. Acesso em: 6 jan. 2025.

KOTHARI, C.R. **Research methodology:** methods and techniques. 2. ed. Jaipur: New Age Internacional Publisher, 2004.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf. Acesso em: 8 fev. 2025.

REIS, Raquel Dias Silva. **Preservação de documentos arquivísticos digitais:** a experiência do Arquivo Nacional. 2019. 155 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de

Documentos e Arquivos, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2017/reis-raquel-dias-silva-preservacao-de-documentos-arquivisticos-digitais-a-experiencia-do-arquivo-nacional-1/view. Acesso em: 8 fev. 2025.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Margareth da. **O Arquivo e o lugar:** custódia arquivística e a responsabilidade pela proteção aos arquivos. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2017.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Gestão de documentos no Brasil:** uma visão a partir da situação da Administração Pública Federal. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.

VIEIRA, Thiago de Oliveira. A competência do Arquivo Nacional pelo recolhimento do patrimônio arquivístico: do salvatério à inocuidade da Lei de Arquivos. **Ágora**: Arquivologia em debate, Florianópolis, v. 32, n. 65, p. 1–25, 2022. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1135. Acesso em: 6 jan. 2025.

VIEIRA, Thiago de Oliveira. **O patrimônio e as políticas arquivísticas:** uma análise dos acervos (não) custodiados pelo Arquivo Nacional do Brasil. 2021. 441 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2021. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/98853. Acesso em: 10 fev. 2025.

The situation of the transfer and the custody of permanent digital archival documents from federal universities in Brazil

Abstract

Objective: Given the growing production and use of documents and information in digital media, this study aims to investigate the development of the transfer and custody of permanent digital archival documents produced and accumulated by Brazilian federal universities. The investigation seeks to discover whether these documents are transfered by the archival services of federal universities or by the National Archives. **Methodology:** This is a descriptive study with a qualitative-quantitative bias. Data were collected from the archival services of 29 federal universities through a questionnaire. Bibliographic and documentary references support the theoretical basis of the topic investigated. **Results:** The results show that only one university transfers permanent digital archival documents for preservation under its responsibility, and no transfered is made for the National Archives. **Conclusions:** It is concluded that the digital archival heritage of federal universities is at risk. After all, in addition to the lack of an effective process for transfering permanent documents, there is a lack of

various resources (policies, personnel, infrastructure) that would allow for the proper development of this activity.

Descriptors: Transfer. Custody. Digital records. Digital preservation. Trustworthy digital archival repositories. Federal universities in Brazil.

La situación de la transferencia y de la custodia de documentos archivísticos digitales permanentes de las universidades federales de Brasil

Resumen

Objetivo: Dada la creciente producción y utilización de documentos e información en medios digitales, este estudio tiene como objetivo investigar el desarrollo de la transferencia y custodia de documentos archivísticos digitales permanentes producidos y acumulados por las universidades federales brasileñas. La investigación busca descubrir si estos documentos son transferidos por los servicios de archivo de las universidades federales o por el Archivo Nacional. **Metodología:** Se trata de un estudio descriptivo con un enfoque cualitativo-cuantitativo. Los datos se recopilaron en los servicios de archivo de 29 universidades federales mediante un cuestionario. Las referencias bibliográficas y documentales sustentan la base teórica del tema investigado. **Resultados:** Los resultados muestran que solo una universidad transfiere documentos archivísticos digitales permanentes para su conservación bajo su responsabilidad, y no se realiza ninguna transferencia al Archivo Nacional. **Conclusiones:** Se concluye que el patrimonio archivístico digital de las universidades federales está en riesgo. Después de todo, además de la falta de un proceso eficaz para la transferencia de documentos permanentes, hay una falta de varios recursos (políticas, personal, infraestructura) que permitirían el desarrollo adecuado de esta actividad.

Descriptores: Transferencia. Custodia. Registros digitales. Preservación digital. Repositorios digitales de archivo fiables. Universidades federales en Brasil.